

POVO LIVRE

O PSD FAZ O PAÍS AVANÇAR

No périplo “Sentir Portugal em Aveiro”, Luís Montenegro assinala que há “diferenças marcadas” entre PSD e PS e que permitem que os eleitores possam fazer uma escolha no próximo dia 10 de março de 2024

15 PSD

MAIS DE 100 PERSONALIDADES APOIA PROJETO LIDERADO POR LUÍS MONTENEGRO

O “Manifesto por uma Alternativa Reformista e Moderada” é assinado, entre outros, pelo apresentador de televisão Manuel Luís Goucha, os ex-selecionadores de futebol Fernando Santos e António Oliveira

19 LOCAIS

LISBOA APROVA CONTRATOS COM 22 FREGUESIAS PARA MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, dia 14 de dezembro, a celebração de contratos de delegação de competências entre o município e 22 das 24 freguesias da cidade

24 REGIONAIS

SUSTENTABILIDADE É ADN DOS AÇORES

José Manuel Bolieiro considera que o arquipélago “mantém o prestígio nacional e europeu enquanto região e ilhas que fazem do desenvolvimento sustentável a sua identidade”

O DERRADEIRO NATAL DE SCROOGE

É assim que chegamos ao Natal de 2023, com as famílias a fazerem contas à vida para viverem as festas com a dignidade e a generosidade possíveis.

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Em outubro, na análise preliminar à proposta do Orçamento de Estado para 2024, a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) estimava que dois terços da despesa retida estaria centralizada no Ministério das Finanças. O mesmo organismo sublinhava que as cativações são o instrumento com maior peso no total dos instrumentos de controlo de despesa, ao passo que registava o aumento da receita do estado com base na cobrança de impostos e outras contribuições.

Esta semana, a UTAO fez saber que o impacto das medidas para mitigar os efeitos da inflação tenha atingido, até outubro, e com base na informação a que tem acesso, 2,7 mil milhões de euros, o que representa cerca de metade daquilo que o Ministério das Finanças previa para o total do corrente ano.

Creio que ninguém tem dúvidas de como o Governo demissionário construiu a narrativa das “contas certas”: cativando ao máximo, cobrando insaciavelmente, ajudando o menos possível.

É assim que chegamos ao Natal de 2023, com as famílias a fazerem contas à vida para viverem as festas com a dignidade e a generosidade possíveis. Ebenezer Scrooge, a célebre personagem criada por Charles Dickens, por certo não desdenharia do trabalho feito pelo ainda Ministro das Finanças.



Aliás, tal como Scrooge, percebe-se que o PS vive assombrado pelos erros do passado – e daí a insistência na estória das “contas certas – e pelo receio do futuro – a certeza que os portugueses vão querer optar por um futuro melhor.

Se, no conto de Dickens, a redenção chegava na manhã seguinte, um novo futuro de esperança e crescimento começará a ser escrito a partir de 10 de março. Com a confiança dos portugueses, unidos por uma crença inabalável de que Portugal merece melhor, de que é possível termos um país mais justo, mais desenvolvido, mais sustentável, onde os jovens têm oportunidades para concretizarem os seus sonhos, as famílias têm melhores condições de vida e os mais velhos podem ter o apoio merecido após décadas de trabalho e de contributo para a sociedade.

A todos, e às respetivas famílias e amigos, desejo um Natal muito Feliz e um Próspero Ano Novo de 2024.

Feliz Natal Para todos.

GOVERNO UTILIZA DINHEIROS PÚBLICOS PARA FAZER CAMPANHA ELEITORAL

O Presidente do PSD acusa o Primeiro-Ministro de estar a tentar reabilitar a sua imagem política e denuncia que o Governo socialista “está a utilizar os meios do Estado para fazer campanha eleitoral”.





“Eu tenho constatado um esforço muito grande do dr. António Costa para tentar reabilitar a sua imagem, não sei exatamente com que objetivo político, mas quero aqui dizer mais uma vez: o dr. António Costa falhou como primeiro-ministro”, declarou.

Na quinta-feira, 14 de dezembro, à entrada para uma Cimeira do Partido Popular Europeu (PPE), grupo político ao qual pertence o PSD, em Bruxelas, Luís Montenegro sublinhou que António Costa se demitiu “na sequência de 14 demissões [no Governo], de trapalhadas em cima de trapalhadas, num Governo que dispunha de todas as condições, (...) tem aparecido agora com uma vontade grande de se vitimizar perante uma situação que ele próprio criou”.

O líder do PSD considera que oito anos de governação socialista contribuíram para o “empobrecimento do país” e acusa ainda o executivo PS de estar a recorrer aos dinheiros públicos para fazer campanha. “Já agora, aproveito para, mais uma vez, denunciar que o Governo está a utilizar os meios do Estado, dinheiros públicos, para fazer campanha. Está permanentemente a marcar sessões de apresentação, de projetos, de lançamento até de algumas obras, quando é um Governo que está em gestão”, disse.





O dr. António Costa falhou como primeiro-ministro

Luis Montenegro



ESQUERDA ENVERGONHA-SE COM ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE





Luís Montenegro critica a forma como “a esquerda” geriu a educação pública e a saúde nos oito anos de governação de António Costa.



“Os três grandes protagonistas da política de esquerda – eu estou a assim de esquerda, porque eles gostam de dizer de direita – foi a responsável pela maior adesão que houve na nossa história democrática ao ensino privado em Portugal”, afirmou.

No jantar de Natal do Grupo Parlamentar do PSD, na quinta-feira, 14 de dezembro de 2023, o Presidente do PSD referiu que “até as pessoas de esquerda se envergonham” com o estado da educação e da saúde, pelo que “não podem rever-se neste PS, neste PCP e neste BE”. “A educação, como de resto a saúde, são hoje a maior expressão de que PS, BE e PCP nem honrar a esquerda são capazes”, apontou.

Sobre a recuperação integral do tempo de serviço congelado dos professores, Luís Montenegro lembrou que o PSD foi “praticamente insultado”, acusado “de irresponsabilidade, de impreparação, até de alguma demagogia”. “Eis senão quan-



O ciclo político começou com um casamento de conveniência entre PS, PCP e BE

Luís Montenegro

do o atual ministro da Educação e dois ministros deste Governo vêm agora admitir que o PSD tinha razão, tudo o contrário do que diziam há algumas semanas”, disse.

Numa intervenção de 30 minutos, Luís Montenegro defendeu que se o ciclo político começou com “um casamento de conveniência” entre PS, PCP e BE, acabou mesmo “em amor efetivo”, considerando que a política foi a mesma quer nos tempos da “geringonça”, quer da maioria absoluta.

A propósito da demissão do Primeiro-Ministro, reiterou que ela não se deveu apenas “a um parágrafo ou a uma diligência” judicial, mas à “incompetência, inconsistência e falta de dignificação da função governativa”.

“Não sei se o Primeiro-Ministro se arrependeu ou não, se tenciona desenvolver outras atividades na esfera política ou não, mas tenho notado que tem feito um esforço nos últimos dias para tentar adulterar a verdade. Mas isso também foi uma marca do dr. António Costa e do PS”, criticou.

Perante os deputados, Luís Montenegro declarou que o PSD se vai abrir à sociedade e que está “de braços abertos para ter hoje cada vez mais pessoas a apoiar o PSD”.

SENTIR PORTUGAL EM AVEIRO

SÓ O PSD REPRESENTA A MUDANÇA POLÍTICA

Luís Montenegro reitera que Portugal precisa de uma mudança política, que só será possível se os portugueses votarem no PSD.

“Eu quero fazer um acordo com os portugueses, é isso que eu quero. Quero que confiem na mudança de governo que o país precisa, que no dia 10 de março possam expressar de forma muito significativa o apoio a essa mudança. O PSD é o único partido que oferece condições de termos um governo novo em Portugal”, afirmou.



À entrada para uma reunião com o setor de hotelaria e turismo, que decorreu no Luso, na segunda-feira, Luís Montenegro sublinhou que “a mudança só tem uma única via e é a via do PSD”. “Por mais que possam espernear alguns protagonistas políticos, a mudança em Portugal, o voto que conta para mudar o governo, é o voto no PSD”, apontou.

O Presidente do PSD lembrou que Portugal foi governado pelo PS em 22 dos últimos 28 anos e os resultados estão à vista de todos. “O país empobreceu, o país tem vários constrangimentos, o país paga muitos impostos, as pessoas e as famí-

lias e as empresas, as instituições, inclusivamente, e recebe muito pouco do ponto de vista do retorno que as políticas públicas são capazes de disponibilizar”, acrescentou.

De acordo com Luís Montenegro, o país precisa agora de uma mudança, que traga mais arrojo, “precisa de potenciar mais as suas capacidades, crescer mais economicamente para ser mais justo, para que não haja tanta gente a perder o comboio do essencial: na habitação, na saúde, na educação, por falta de recursos financeiros”.





A esquerda dá cabo dos serviços públicos

No domingo, 17 de dezembro, em Castelo de Paiva, no âmbito do almoço de Natal da Distrital do PSD de Aveiro, inserido no programa “Sentir Portugal em Aveiro”, Luís Montenegro acusou o novo Secretário-Geral do PS de se esquecer que foi a esquerda que arruinou os serviços públicos em Portugal.

“Pedro Nuno Santos discursa contra a direita, mas foi a esquerda que deu cabo dos serviços públicos em Portugal”, sustentou, apontando a situação em que se encontram as escolas e os hospitais em Portugal, após tantos anos de governação socialista, empurrando as pessoas para o privado.

Para o PSD é chegada a hora de acabar com a ideologia nas políticas da saúde e da educação seguidas pelos governos do PS e inspiradas no PCP e no BE.

“Dizerem que queremos privatizar a Saúde é um erro cometido por cegueira ideológica”, afirmou. O que queremos é que “a capacidade instalada na sociedade esteja ao serviço das pessoas, quer seja pública quer seja privada”.

Luís Montenegro acusou também Pedro Nuno Santos de ter um discurso vazio e sem ideias para o País.

“Creio que ainda ontem à noite se percebeu isso bem. Espreme-se, espreme-se e não sai nada. E soluções, caminho, desígnio e objetivo?”, questionou.

Para o líder social-democrata, o que importa são as pessoas.

“Vamos deixar esta política do PS feita de plástico e de operações de cosmética. Nós vamos à raiz das soluções: a política das pessoas”.

O périplo “Sentir Portugal em Aveiro” decorreu entre 17 e 20 de dezembro. Aveiro é mais uma região escolhida por Luís Montenegro, na sequência do compromisso que assumiu no 40.º Congresso, de passar uma semana por mês nos diferentes distritos de Portugal.



O PSD FAZ O PAÍS AVANÇAR



Luís Montenegro assinala que há “diferenças marcadas” entre PSD e PS e que permitem que os eleitores possam fazer uma escolha no próximo dia 10 de março de 2024. “Ainda bem que há duas opções e que elas são tão marcadas neste momento. (...) O PS à frente é que deixa o país para trás. Nós estamos aqui para levar o país para a frente”, afirmou.

Na terça-feira, no 3.º dia do “Sentir Portugal em Aveiro”, em Estarreja, onde visitou o mercado local, Luís Montenegro referiu que o PSD está “interessado em ter uma economia pujante, em criar riqueza e em contar com todos para a prestação dos serviços públicos que as pessoas necessitam”.

Por contraste, “há depois uma visão estatizante, comunista, socialista, e bloquista que é protagonizada pelo atual secretário-geral do PS [Pedro Nuno Santos]”. “O caminho que foi percorrido nos últimos anos foi um



”

Há uma visão estatizante, comunista, socialista e bloquista que é protagonizada pelo secretário-geral do PS

Luís Montenegro



caminho convicto que hoje tem como grande estrela o atual secretário-geral do PS”, acrescentou.

No entender de Luís Montenegro, foi o PS que “se orientou mais para a extrema-esquerda do espectro político, juntando-se com partidos que têm uma visão coletivista e estatizante” para o país. “Foi o PS que se juntou ao Bloco de Esquerda e ao Partido Comunista e que andou a

nacionalizar operações nos transportes e a nacionalizar a companhia aérea com todos os custos que nós sabemos”, criticou.

Sobre a necessidade de consensos “em matérias essenciais”, o Presidente do PSD declarou que “é sempre possível haver diálogo político entre todos os partidos, em especial aqueles que têm a responsabilidade de liderar governos”.

Foi o PS que se orientou para a extrema-esquerda



MAIS DE 100 PERSONALIDADES APOIA PROJETO LIDERADO POR LUÍS MONTENEGRO

Mais de uma centena de personalidades subscrevem um manifesto que pede uma “alternativa reformista e moderada de Governo” liderada por Luís Montenegro.

O documento intitulado “Manifesto por uma Alternativa Reformista e Moderada” é assinado pelo apresentador de televisão Manuel Luís Goucha, os antigos selecionadores de futebol Fernando Santos e António Oliveira, o médico Fernando Póvoas, os economistas Daniel Bessa, António Nogueira Leite, Miguel Cadilhe e Luís Filipe Pereira, o gestor(a) Fernando Faria de Oliveira e Cristina Vaz Tomé, a escritora Margarida Rebelo Pinto, o maestro Rui Massena e ex-bastonário da Ordem dos Médicos Miguel Guimarães.

“Os signatários manifestam a convicção de que é possível e necessá-

ria a mudança para uma alternativa reformista e moderada de Governo que aspire a uma nova ambição para Portugal com os desígnios de retomar níveis elevados de crescimento que coloquem o país entre os melhores da Europa e acima daqueles com que atualmente nos comparamos”, refere o manifesto.

Os subscritores afirmam acreditar que “o projeto liderado por Luís Montenegro e pelo PSD é capaz de corporizar essa alternativa reformista, moderada e europeísta e de oferecer aos portugueses um novo contrato social e a mudança política que Portugal necessita”.

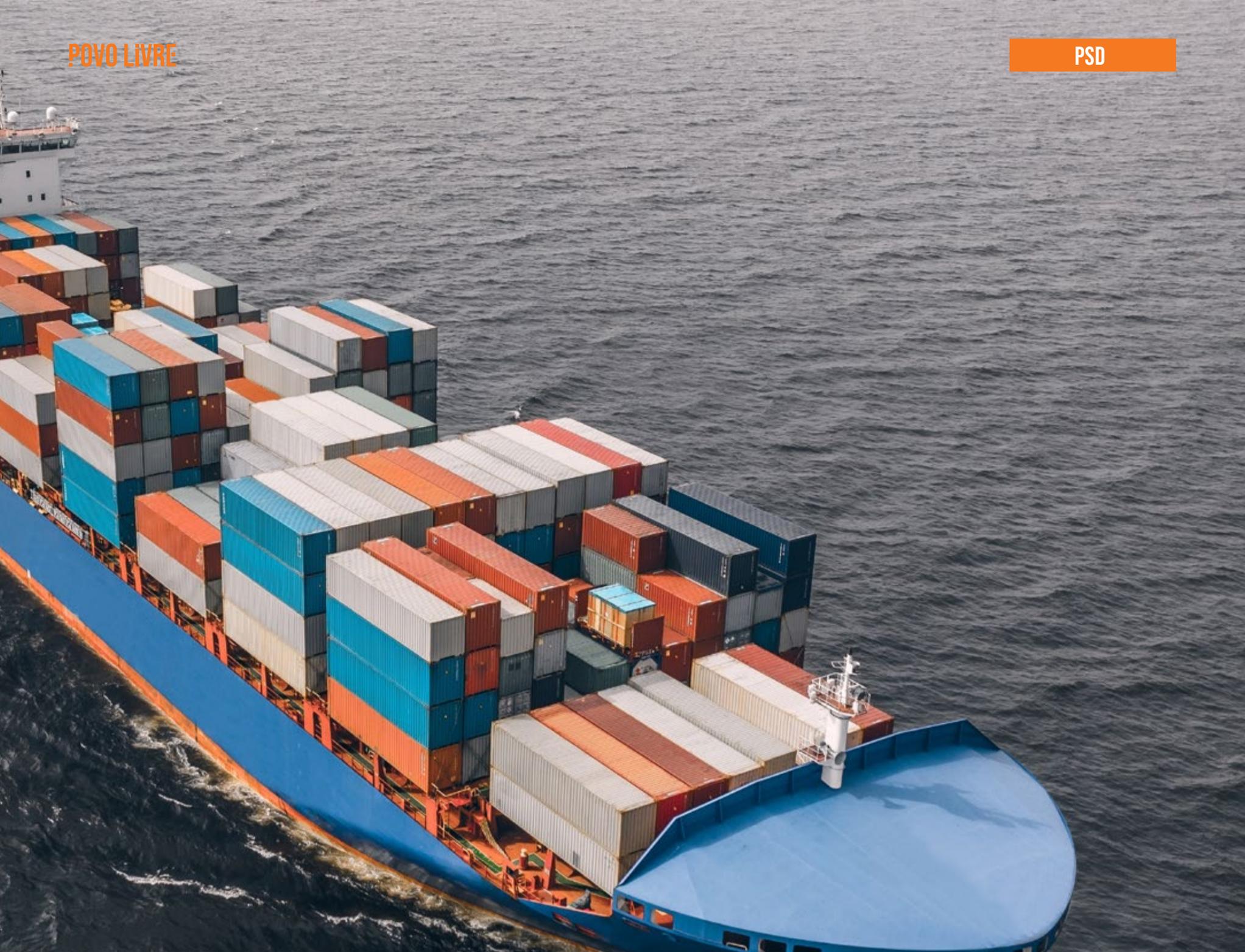
AGÊNCIA EUROPEIA DE SEGURANÇA MARÍTIMA
COM PODERES REFORÇADOS

COMISSÃO DOS TRANSPORTES APROVA RELATÓRIO DE CLÁUDIA MONTEIRO DE AGUIAR

“Este resultado é de extrema relevância para nós, grupo PPE. A importância da Agência (EMSA) no panorama marítimo é indiscutível, sendo um pilar central para uma Europa mais segura, mais eficiente e mais verde. Estando sediada em Lisboa traz também um conjunto de benefícios para o nosso País sendo por isso importante avaliar a sua atuação e funcionalidade, de forma clara e transparente”, afirma a eurodeputada do PSD, Cláudia Monteiro de Aguiar.

A revisão deste relatório vai permitir mais segurança para quem viaja por via marítima, dentro e fora da União Europeia (UE), assim como uma maior e melhor assistência em casos de poluição marítima ou acidentes em alto mar. A EMSA passa também a ter mais autonomia e flexibilidade nas suas atuações assim como irá contribuir para reforçar a presença na UE em fóruns internacionais como o da Organização Marítima Internacional.

Desde a sua criação esta Agência Europeia tem desempenhado várias funções fundamentais para a consolidação da política marítima da UE. A EMSA não só zela pela segurança da navegação marítima na Europa, mas também defende os interesses marítimos da UE a nível global, promovendo padrões elevados, apostando na inovação e com um forte cariz de cooperação intergovernamental.



Com base em Lisboa, a EMSA será um centro (“hub”) de excelência de conhecimento marítimo e uma referência mundial para a indústria contribuindo para a projeção internacional de Portugal.

Este relatório, que será agora submetido a votação em plenária em Estrasburgo, destaca ainda a necessidade de atualizar o quadro legal da EMSA tal como existe atualmente. Os novos desafios atribuídos à Agência, como a assistência prestada em situações como a agressão da Rússia à Ucrânia ou o papel nas negociações com a Organização Marítima Internacional, entre outros, exigem uma base legal mais robusta para garantir a operacionalidade da Agência e um ajustamento aos desafios do momento presente.

Para Cláudia Monteiro de Aguiar, “a modernização a par das novas com-

petências da EMSA são cruciais” salientando também a “importância da digitalização, da inteligência artificial e da análise de dados para renovar a indústria marítima em linha com os objetivos digitais e climáticos da UE. O investimento em formação e a colaboração com ‘stakeholders’ são também vitais para o sucesso da implementação da legislação marítima da União Europeia.”

A cooperação ampliada entre a EMSA e o Parlamento, bem como o reforço dos recursos financeiros e humanos da Agência, propostas da deputada Cláudia Monteiro de Aguiar, garantirão a proteção dos interesses marítimos de Portugal e de toda a União.

O Relatório foi aprovado com trinta e nove votos a favor, zero contra e nenhuma abstenção.

PSD FORÇA AUDIÇÃO PARLAMENTAR

DA MINISTRA DO TRABALHO SOBRE SANTA CASA

O PSD entregou um requerimento para tornar obrigatória a audição da ministra do Trabalho no parlamento sobre a situação da Santa Casa Global, depois de o PS ter proposto o adiamento da votação do primeiro pedido dos sociais-democratas.

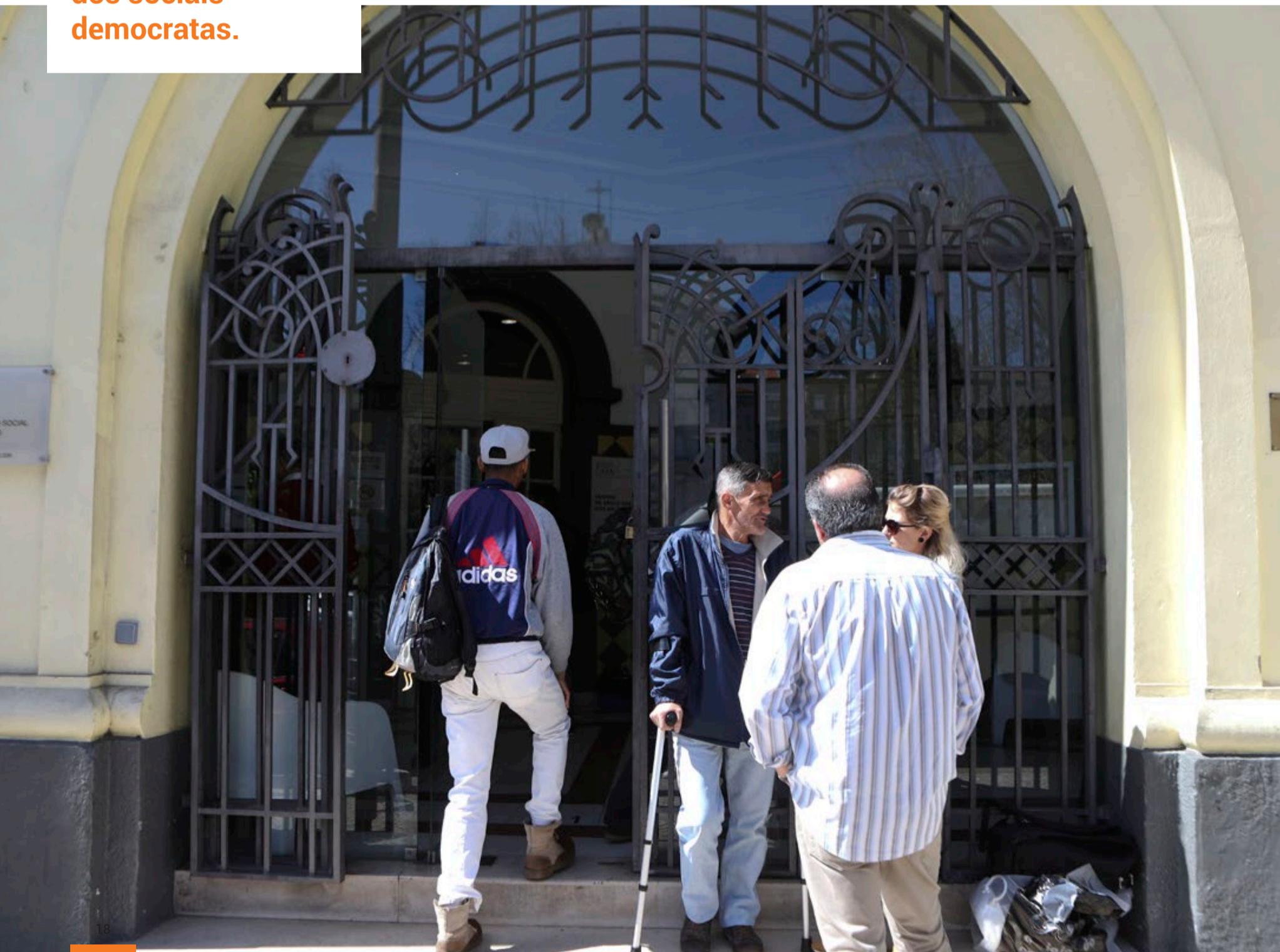
“O protelar desta decisão, numa altura de conhecimento público da brevidade da dissolução da Assembleia da República, poderá inviabilizar a audição proposta”, justifica o PSD, no requerimento potestativo entregue no dia 13 de dezembro, na Comissão Parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Inclusão.

Por considerar “fundamental o esclarecimento e obter as informações da situação de uma instituição de tamanha importância na sociedade”, o PSD avançou com o pedido de audição obrigatória da ministra Ana Mendes Godinho.

Uma vez que não pode utilizar a figura do potestativo em relação a Edmundo Martinho - por já não se encontrar em funções -, a discussão e votação da audição do ex-provedor da SCML será feita na próxima reunião da Comissão de Trabalho.

Na base dos pedidos de audição está uma notícia de segunda-feira do jornal Público segundo a qual a ministra Ana Mendes Godinho foi informada dos valores necessários à internacionalização dos jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

O PSD considera que as notícias estão em causa “informações e declarações contraditórias sobre o conhecimento e aval da tutela face aos investimentos na Santa Casa Global, o que agrava o apuramento de responsabilidades da presente situação financeira em que se encontra a SCML”.



LISBOA APROVA CONTRATOS COM 22 FREGUESIAS PARA MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, dia 14 de dezembro, a celebração de contratos de delegação de competências entre o município e 22 das 24 freguesias da cidade para a manutenção de alguns espaços verdes, ainda para este ano, totalizando 905.688 euros.



Subscrita pelo vereador da Estrutura Verde na Câmara de Lisboa, Ângelo Pereira, a proposta foi viabilizada na assembleia com os votos contra de PEV, PAN, IL e Chega, a abstenção de BE, Livre, PCP e dois deputados independentes dos Cidadãos Por Lisboa (eleitos pela coligação PS/Livre) e os votos a favor de PS, PSD, PPM e CDS-PP.

As freguesias da Estrela e de Campo de Ourique não estão contempladas na proposta de celebração de contratos de delegação de competências para a manutenção de alguns espaços verdes.

Em causa está “a celebração, para o ano de 2023, de Contrato de Delegação de Competências (CDC) entre o município de Lisboa e 22 freguesias para promover a manutenção de

alguns espaços verdes de áreas expectantes da cidade”, o que totaliza uma verba de 905.688,68 euros.

Carnide é a freguesia que receberá o maior montante, no valor de 104.064 euros, seguindo-se Benfica, com 97.113 euros; Penha de França, com 96.908 euros; Santa Clara, com 81.425 euros; Alvalade, com 77.966 euros; Lumiar, com 77.824 euros; Beato, com 60.437 euros; e São Domingos de Benfica, com 60.008 euros. A freguesia a receber menor verba é Santa Maria Maior, com 762 euros.

Também são contempladas as freguesias da Ajuda (23.225 euros), Alcântara (14.749 euros), Areeiro (13.312 euros), Arroios (3.319 euros), Avenidas Novas (8.350 euros), Belém (38.643 euros), Campolide

(35.311 euros), Marvila (27.148 euros), Misericórdia (7.738 euros), Olivais (47.010 euros), Parque das Nações (22.266 euros), Santo António (3.474 euros) e São Vicente (4.626 euros), de acordo com a proposta.

Do PSD, Carlos Reis defendeu que a proposta tem condições de ser votada e aprovada, para ressarcir as juntas de freguesia, recomendando, porém, que os cálculos sejam objeto de análise.

Em resposta aos deputados, o vereador da Estrutura Verde afirmou que a proposta é alicerçada em “critérios mais equitativos” e com valores “mais próximos dos custos que cada junta tem com a manutenção destes espaços”, manifestando disponibilidade para explicar com mais detalhe em sede de comissão.

TONDELA APROVA “ORÇAMENTO DE PROXIMIDADE”

A Assembleia Municipal de Tondela aprovou o orçamento do município para 2024, no valor de 33 milhões de euros e que teve em atenção a transição de ciclo de quadros comunitários.

A Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Carla Antunes Borges (PSD), referiu que se trata de um orçamento de transição de ciclo, uma vez que o atual quadro comunitário está a chegar ao fim e não se prevê que o novo “esteja em execução física ou financeira durante o ano de 2024”.

Esta transição de quadros comunitários foi uma das explicações que a autarca apresentou para justificar a redução em cerca de dez milhões

de euros do orçamento para 2024, comparativamente ao deste ano.

Segundo Carla Antunes Borges, este é também “um orçamento de proximidade” que evidencia os compromissos políticos do executivo com as populações.

“O orçamento foi articulado com os senhores presidentes de junta. Ouvimos o que eles tinham para nos dizer, acolhendo, dentro das nossas possibilidades, as obras que enten-

demos ser prioritárias e refletindo-as nas Grandes Opções do Plano (GOP)”, contou.

A autarca social-democrata explicou que o orçamento e as GOP estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) traçados pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de aumentar o índice de desenvolvimento sustentável do território.

“Este orçamento reflete uma dinâmica de modernidade vertida na tradução à escala municipal dos ODS. De uma forma muito concreta quisemos traduzir esses objetivos em realizações a nível local e que o nosso orçamento e as GOP espelhassem também a concretização desses objetivos”, sublinhou.

De entre os projetos que constam nas GOP, destaca-se o lançamento do Orçamento Participativo, que nesta primeira edição terá uma dotação de 50 mil euros e dará prioridade a obras na área da inclusão social.

Nas GOP estão também inscritas verbas para a execução das obras de requalificação da Escola Básica 2,3 de Campo de Besteiros, a criação da Loja do Cidadão e a requalificação da Unidade de Saúde Familiar (USF) de Tondela, que avançarão com a ajuda do PRR.

A execução da Estratégia Local de Habitação, as obras de ampliação da Zona Industrial do Lajedo, a criação de uma nova área de acolhimento empresarial mais vocacionada para o ambiente no Borrhalhal (junto ao Planalto Beirão), a reabilitação da Ribeira de Dardavaz e a requalificação da Estrada Municipal 1515 (que liga Jueus a Ladeiras) são outras obras previstas.



PORTO DE MÓS APOSTA NAS INFRAESTRUTURAS BÁSICAS



A Assembleia Municipal de Porto de Mós aprovou, por maioria, o orçamento para 2024 de 29,6 milhões de euros (ME), um valor “muito idêntico” ao deste ano, que o Presidente da Câmara classificou de “bastante prudente”.

“Decidimos não incluir algumas receitas previstas, mas que ainda não estão consignadas, que não estão contratadas”, afirmou Jorge Vala, eleito pelo PSD, exemplificando com as verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) relativas à habitação, e requalificação da escola secundária e do centro de saúde, ambos na sede do concelho, ou as do Programa 2030.

Segundo o autarca social-democrata, “tudo isto [está] mapeado, mas ainda não contratualizado”.

“Este é um orçamento bastante prudente. Com alguma criatividade poderíamos ter um orçamento cerca de 12 milhões de euros” superior, reconheceu Jorge Vala, salientando, contudo, que se entendeu “utilizar

esta regra prudencial que o próprio sistema contabilístico das autarquias locais prevê, previne e recomenda”.

Nesse sentido, admitiu que vai haver revisões ao orçamento em 2024.

“O orçamento é um instrumento indicativo, um instrumento estratégico importante, o mais importante do município, mas é dinâmico e, portanto, temos de o adaptar às dinâmicas”, declarou.

De acordo com uma nota de imprensa da autarquia, o orçamento contempla um “combate sem precedentes à falta de infraestruturas básicas, nomeadamente, o saneamento, onde o concelho ainda é deficitário”, esclarecendo que o alar-

gamento de redes prevê um investimento próximo dos 3,5 milhões de euros.

“A educação representa em 2024 cerca de 18% do total das Grandes Opções do Plano (2.832.600 euros), com especial enfoque para a gratuidade de transportes para todos, o apoio nas refeições escolares, nos prolongamentos, nas atividades de enriquecimento curricular, nas bolsas de estudo, entre outros”, referiu a nota de imprensa, salientando, entre outros aspetos, os investimentos na área da habitação (na ordem dos dois milhões de euros) e no âmbito do empreendedorismo, inovação e descarbonização (mais de 1,5 milhões de euros).

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNCHAL APROVA ORÇAMENTO



O Orçamento da Câmara do Funchal para 2024, na ordem dos 141 milhões de euros, considerado pelo executivo o maior dos últimos 12 anos, foi aprovado em Assembleia Municipal. A proposta contou com os votos favoráveis da maioria PSD/CDS, que governa o concelho, contra dos deputados de PS, BE, PAN, PDR e MPT e a abstenção da CDU.

Segundo o Presidente do município, o social-democrata Pedro Calado, “na generalidade, a população está satisfeita” com os resultados da atual governação do executivo municipal.

O autarca destaca a aposta continuada na baixa fiscalidade, tendo as propostas da redução do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) Familiar e do Pacote Fiscal sido aprovadas por unanimidade.

Quanto à redução da taxa de IMI Familiar relativa a prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, a redução vai beneficiar 7.000 famílias, com uma poupança fiscal na ordem dos 140 mil euros.

Com esta medida, uma família com um dependente a dedução passa a 30 euros, com dois será de 70 euros e para aqueles que têm três ou mais a dedução passa a 140 euros.

Em termos de IRS (Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), a Câmara Municipal do Funchal an-

tece a devolução do teto máximo dos 5%, devolvendo aos munícipes 7,7 ME e o valor que atingirá no final do mandato cerca de 23,5 ME.

“O atual executivo em três anos devolveu 16 milhões de euros à população, enquanto o anterior executivo da coligação Confiança (liderada pelo PS), em sete anos, devolveu apenas 12ME”, apontou.

Segundo o responsável, este é “um orçamento que devolve mais dinheiro aos munícipes e é o orçamento com a menor carga fiscal”.

Pedro Calado argumentou que “uma coisa é o imposto, outra é o valor da angariação da receita”, complementando: “Temos a menor carga fiscal e nunca tivemos tanta receita”.

O autarca argumentou que este cenário não acontece porque o executivo esteja a adotar uma política de aumento de impostos, mas porque nunca houve “tanto dinamismo económico”.



“Nunca se construiu tanto, nunca se aprovaram tantos projetos, nunca se venderam tantas casas, algumas até chegam a ser transacionadas mais do que uma a duas vezes. Se há mais transações há mais receita do IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis”, destacou.

A principal autarquia da Madeira estima arrecadar 48,2 ME em impostos diretos, mais 10,8 milhões em relação ao orçamento para este ano.

Na área social, a Câmara do Funchal, onde reside mais de 50% da população madeirense, vai investir um total de 11,2 ME, mais cerca de 4 milhões face ao previsto para este ano.

O município prevê investir 5,9 ME em medidas de apoio às famílias e 5,3 ME na área da educação.

Entre estas medidas destaca-se uma novidade, que diz respeito à gratuidade dos transportes públicos para os estudantes até aos 23

anos e para os idosos com mais de 65 anos, num investimento de 2,5 milhões.

No âmbito da estratégia municipal para a pessoa em situação de sem-abrigo, a Câmara do Funchal vai investir 450 mil euros em 2024, mais 100 mil em relação ao previsto para este ano, enquanto em 2025 essa verba deverá subir 211% para 1,4 milhões de euros.

No setor da habitação, está previsto um investimento de 28 ME na construção de 187 fogos ao abrigo do 1.º Direito, a que se somam 168 habitações com verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A autarquia tem igualmente reservada uma verba de 2,7 ME para a manutenção dos bairros sociais do concelho, num total de 400 fogos, um valor inferior aos 4,8 ME previstos para este ano.

SUSTENTABILIDADE É ADN DOS AÇORES



O Presidente do Governo dos Açores destacou o “prestígio europeu” da região em termos ambientais, baseado na sustentabilidade, que constitui o “seu ADN”.

José Manuel Bolieiro, que falava na inauguração da empreitada de reestruturação do Centro de Processamento de Resíduos da ilha de Santa Maria, na segunda-feira, 18 de dezembro de 2023, considerou que o projeto “beneficia, tem enquadramento regional para os Açores e mantém o prestígio nacional e europeu dos Açores enquanto região e ilhas que fazem do desenvolvimento sustentável a sua identidade, o seu ADN”.

De acordo com o líder do executivo regional, a reestruturação do centro de resíduos “tem enquadramento numa distribuição e numa rede regional de seis centros de produção de resíduos nos Açores”, onde o Go-

verno dos Açores investiu cerca de quatro milhões de euros.

O líder do executivo açoriano referiu também que a reestruturação implica um novo pavilhão, num investimento de meio milhão de euros, e vai “promover de forma inovadora e distinta o tratamento dos resíduos orgânicos seletivos”.

Os Açores, acrescentou, podem “cada vez mais dar o exemplo” em termos de tratamento de resíduos que, no caso específico da agricultura, será “algo útil para uma utilização eficaz em vez de químicos”, surgindo em alternativa “soluções orgânicas próprias para os terrenos e para a produção agrícola”.

“Temos tido exemplos de grande qualidade nos Açores e em várias soluções do tratamento de excelência dos nossos resíduos orgânicos. Santa Maria terá agora esta oportunidade de trabalhar com este sentido estratégico os resíduos orgânicos seletivos”, afirmou José Manuel Bolieiro.

O Estatuto Político e Administrativo dos Açores estipula que o executivo açoriano deve, pelo menos uma vez por ano, visitar as ilhas sem departamentos governamentais, que são seis: Graciosa, São Jorge, Pico, Flores, Corvo e Santa Maria.

MADEIRA AVANÇA COM RENOVAÇÃO DA FROTA DO PEIXE-ESPADA-PRETO

A Comissão Europeia autorizou o Governo da Madeira a avançar com apoios à renovação da frota do peixe-espada-preto, processo que contará também com fundos comunitários, anunciou o executivo regional de coligação PSD/CDS-PP.

“Finalmente, houve algum bom senso e compreensão da Comissão relativamente à necessidade desta renovação das frotas costeiras das regiões ultraperiféricas, onde se inclui a Madeira”, disse o presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque, sublinhando que a pesca do peixe-espada-preto é uma atividade artesanal e com pouco impacto ambiental, mas “essencial em termos de cultura da região”.

O governante social-democrata falava à margem da abertura do I Fórum do Voluntariado Juvenil, no Funchal, horas depois de ter obtido autorização da Comissão Europeia para avançar com apoios à renovação da frota de pesca do peixe-espada-preto, que envolve sobretudo pescadores de Câmara de Lobos, concelho contíguo ao Funchal a oeste.

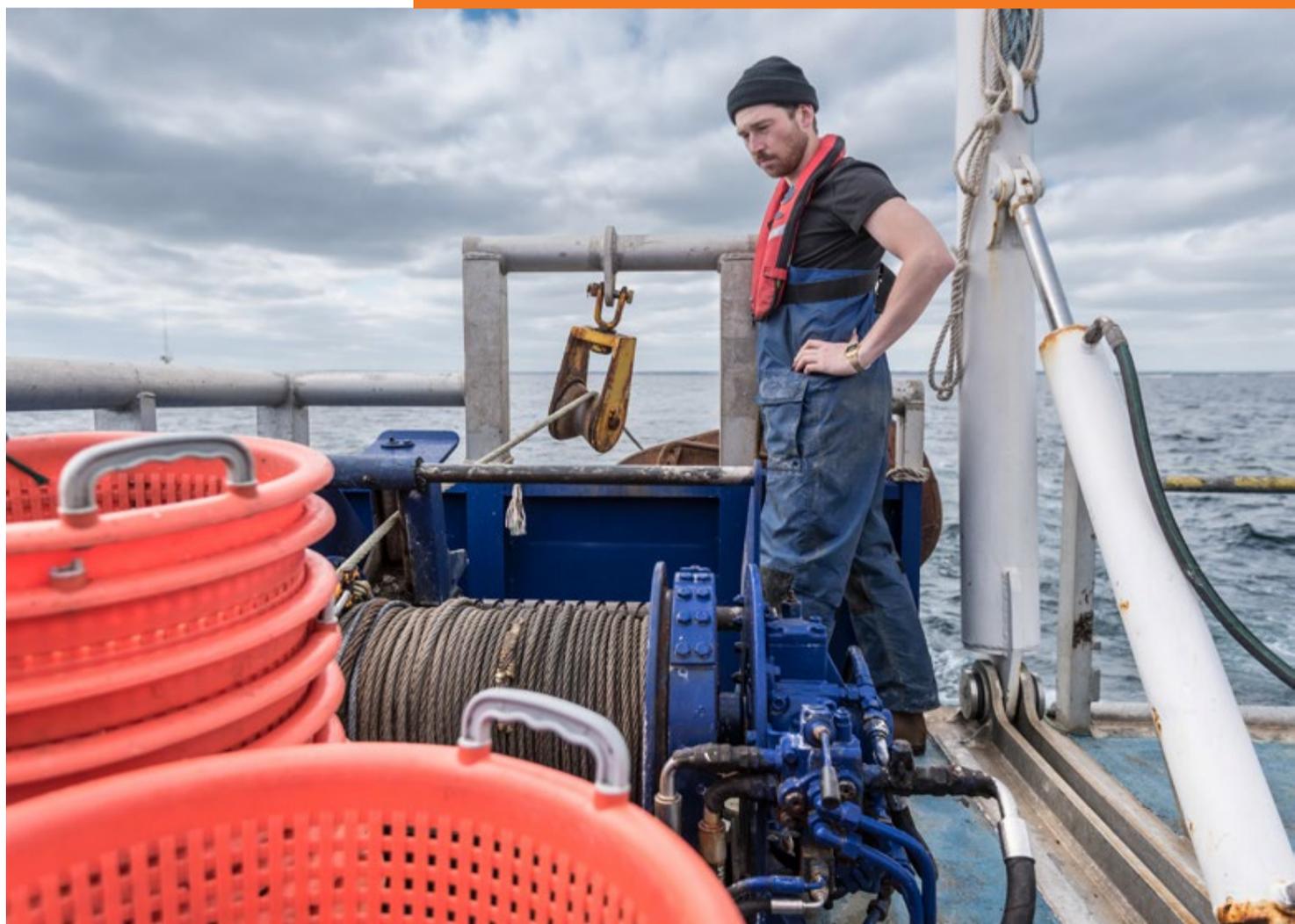
De acordo com Miguel Albuquerque, o volume de negócios do peixe-espada preto ultrapassou os 7,6 milhões de euros em 2022.

“A espada é hoje um produto altamente conceituado na região, faz parte da nossa gastronomia, do nosso património culinário e é um fator determinante também de diferenciação turística”, sublinhou.

O Governo Regional da Madeira tinha já submetido uma notificação à Comissão Europeia solicitando autorização para a concessão de um auxílio de cinco milhões de euros, sob a forma de subsídio a fundo perdido, para a renovação dos na-

vios de pesca regionais, que apresentam más condições de trabalho a bordo e falta de segurança e de habitabilidade.

Os navios têm, em média, 31 anos, pelo que o montante agora aprovado servirá para melhorar as condições de trabalho dos pescadores a bordo, nomeadamente ao nível da segurança, da saúde e da higiene, bem como para fomentar a valorização e a qualidade dos produtos da pesca.



MADEIRA VAI CONTINUAR A APOSTAR NO CLIMA DE PAZ SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A Madeira ultrapassou uma realidade “surreal” vivida até ao 25 de Abril no setor da Educação e vai continuar a trabalhar num clima de paz social nesta área, afirmou o Presidente do Governo Regional.

“Sabemos que estamos no caminho certo no que se refere às políticas de Educação na região. E continuaremos a trabalhar, num clima de paz social e em permanente diálogo com os agentes educativos e famílias, no sentido de obtermos cada vez melhores resultados, a bem do futuro da Madeira e das novas gerações”, afirmou Miguel Albuquerque no plenário da Assembleia Legislativa da Madeira, no Funchal.

O líder do executivo falava no primeiro debate mensal desta legislatura, dedicado ao tema da Educação, que contou também com a presença do secretário regional da Educação, Ciência e Tecnologia, Jorge Carvalho.

Miguel Albuquerque disse que a Educação é “o alicerce essencial do desenvolvimento e da mobilidade social na região autónoma”, e con-

siderou que as políticas educativas e os investimentos concretizados desde 2015 - ano em que assumiu a governação no arquipélago - “estão a dar os seus frutos, patentes nos resultados positivos que, ano após ano, vão sendo conhecidos”.

“Com certeza que não está tudo bem”, admitiu, acrescentando ser necessário continuar a valorizar a escola pública e a carreira dos professores, a romper tabus e a não ter receio de adotar medidas pedagógicas inovadoras face aos desafios que as novas gerações vão enfrentar, num mundo em mudança.

No 25 de Abril e quando se implantou a autonomia regional, sublinhou, a Madeira tinha “um dos maiores índices de analfabetismo da Europa e do país – 60%, um número terrível” – e havia uma “herança nefasta, com um flagelo de iliteracia, de falta de



qualificação e de injustiça inaceitável” que afetou sucessivas gerações.

“Então tudo era deficitário”, desde as escolas à falta de professores, a “prática desportiva era uma miragem, o acesso ao ensino artístico uma raridade e o acesso à cultura uma reserva para pequenas minorias”, descreveu o social-democrata.

Com a regionalização da Educação, “foi necessário realizar um trabalho acelerado e ciclópico para dotar a região de infraestruturas necessárias, capazes de garantir a todos os madeirenses e porto-santenses o direito à Educação, em igualdade de oportunidades”.

O processo passou pela construção de uma rede de escolas básicas e secundárias nos 11 concelhos, pela formação e pela colocação de professores, pelo desenvolvimento dos ensinos profissional e especial, pela

dinamização da formação artística, pelo lançamento de cursos de alfabetização e pelo lançamento da escola a tempo inteiro, um projeto em que a “região foi pioneira”.

“Hoje, todos sabemos que valeu a pena. E o que é extraordinário constatar é de onde partimos e hoje onde estamos. Os indicadores publicados a nível nacional e internacional vão confirmando o resultado das boas opções educativas”, enfatizou.

Miguel Albuquerque destacou ainda que, de 2015 a 2023, se registou uma redução da taxa de abandono precoce para menos de metade neste arquipélago, indicando, entre outros dados, que 90% dos alunos concluem o 12.º ano com sucesso e 92% dos candidatos ao ensino superior entram nas universidades.

EDITORIAL

O Partido Social Democrata sempre defendeu que participar na coligação que nos dirige se inseria numa perspectiva de interesse nacional, de patriotismo e de dever para com os portugueses.

Seguindo o princípio proposto por Sá Carneiro de que deveríamos sempre colocar em primeiro lugar o País, depois a Democracia e só a seguir as considerações de índole partidária, o PSD aceitou integrar-se na coligação com lealdade, com dedicação, com entusiasmo e sem quaisquer reservas.

Para isso contribuiu a análise que fez do momento político que Portugal vivia e que continua a viver. A segunda década da revolução de Abril iniciara-se com algumas nuvens pairando sobre a Sociedade Portuguesa: a crise internacional atingia de forma mais intensa os países de economia débil, podendo, no nosso caso, ameaçar o regime democrático, não inteiramente consolidado; a modernização industrial exigida pelo progresso tecnológico, representava para nós um desafio de pôr à prova a nossa sobrevivência como Nação independente; a necessidade de transformação da sociedade impunha uma ampla base de apoio, capaz de suportar os sacrifícios que se anteviam; as sequelas do 11 de Março eram ainda demasiado evidentes, carecendo de medidas enérgicas em termos de neutralizar os bloqueios sociais e económicos de que o País padecia.

O Partido Socialista compartilhava connosco desta análise da situação portuguesa, o que conferia à coligação uma base de princípios e uma comunhão de objectivos suficientes para se dar início a um

Continua na pág. 4

Reunidas
em Coimbra

Comunicado da Comissão Permanente Nacional

PSD está no Governo para empreender a regeneração política, económica e social

1. A Comissão Permanente do PSD, reunida no passado dia 15, reafirmou as duas razões fundamentais que justificaram a sua participação na actual coligação. Em primeiro lugar a gravidade da situação financeira que carecia de um poder político credível e empenhado numa série de medidas adequadas a evitar a deterioração.

Esse objectivo foi atingido.

A segunda razão prendeu-se com a necessidade de

criar um Poder Político capaz de desbloquear vários obstáculos que, no âmbito do Estado e da Sociedade, se opõem à modernização, ao progresso e até à consolidação do regime democrático.

Uma maioria política como a actual tem condições favoráveis à realização dessa tarefa nacional.

Se bem que algo já tenha sido encetado, o ritmo e a amplitude das transformações têm sido insuficientes.

2. Várias vezes o PSD

através do seu líder, ou de resoluções dos seus órgãos políticos tem chamado a atenção para essa necessidade imperiosa, opinião essa, aliás, também partilhada em declarações públicas de dirigentes do parceiro de coligação.

Dal a permanente chamada de atenção, feita em nome dos interesses nacionais e do Contrato Político que estabelecemos com o nosso eleitorado e de que não nos desvincularemos.

3. O PSD não está simul-

taneamente no Governo e na oposição. Está no Governo para empreender a transformação necessária à regeneração do sistema político, económico e social, e assim consolidar a Democracia.

O PSD privilegia a estabilidade, mas uma estabilidade que garanta a mudança e não uma estabilidade que se confunda com estagnação. Continuamos a defender os mesmos valores. Urge, Por isso, concretizar na acção esta linha.

Comissões Políticas Distritais solidárias com Mota Pinto

As Comissões Políticas Distritais do PSD de Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Porto, Santarém, Setúbal, Lisboa (Oeste), Vianna do Castelo, Vila Real e Viseu, reunidas, no passado domingo, em Coimbra com o Presidente da Comissão Política Nacional, para discussão das estratégias para as eleições autárquicas e presidenciais, numa manifestação de vitalidade do Partido alcançaram sobre estes temas um largo consenso e manifestaram ao prof. Mota Pinto a sua total confiança política como presidente da CPN, apoiando-o no discurso político de mudança que introduziu no seio do Governo e nos esforços que vem desenvolvendo no sentido de implementar as medidas concretas que a traduzem.

Fernando Nogueira ao «PL»

ACIONALIZAÇÃO
ÃO PODE SER
ONCRETIZADA
QUALQUER PREÇO
OU DE
QUALQUER MANEIRA



pág. 12

IV CONSELHO NACIONAL - 84 (Extraordinário)

CONVOCATÓRIA

De acordo com deliberação tomada pelo Conselho Nacional do PSD na sua reunião ordinária de 25 de Setembro findo, convoco o mesmo Conselho para reunir extraordinariamente em Viseu, no Hotel Grão Vasco, nos próximos dias 24 e 25 de Novembro, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- Estratégia para as eleições locais;
- Estratégia para as eleições Presidenciais.

Os trabalhos terão início às 15 horas do dia 24 de Novembro de 1984.

O presidente da Mesa do Congresso do PSD

Leonardo Ribeiro de Almeida
Lisboa, 14 de Novembro de 1984

EDIÇÃO N.º 534 do "Povo Livre" | de 21 de novembro de 1984

"Comunicado da Comissão Permanente Nacional: PSD está no Governo para empreender a regeneração política, económica e social".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

AVEIRO

Ao abrigo do artigo 41º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia Distrital de Aveiro do PSD, para uma reunião extraordinária a realizar no próximo **dia 28 de Dezembro de 2023 (quinta-feira), pelas 21h00**, na Junta de Freguesia de Espinho, sita na Rua 23 nº 271, em Espinho, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Dar parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República, nos termos Artº 39, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD;
2. Análise da situação política.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Leiria, em sessão extraordinária, para reunir no próximo **dia 2 de Janeiro de 2024 (terça-feira) pelas 21h00**, na Sede Distrital, sita na Av. Dr. José Jardim nº 32, em Leiria, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República, nos termos Artº 39, nº 2, alínea f) dos Estatutos Nacionais do PSD;
3. Análise da situação política.

LISBOA-AM

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da AML do PSD, para reunir, em sessão ordinária, no próximo **dia 28 de Dezembro de 2023 (quinta-feira), pelas 21h00**, na UACS – União de Associações do Comércio e Serviços, sita na Rua Castilho nº 14, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República, nos termos Artº 39, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD;
2. Análise da situação política.

SECÇÕES

ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alenquer, para reunir, em sessão ordinária, no próximo **dia 26 de Janeiro de 2024 (sexta-feira), pelas 21H00**, na sua sede, sita na Rua Gago Coutinho nº 36 R/c Esqº, em Alenquer, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher o quórum, nos termos dos Estatutos, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, às 21H30, com qualquer número de militantes presentes.

BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamento do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do PSD/Baião, para reunir, no próximo **dia 6 de Janeiro de 2024 (sábado), pelas 17H00**, na Sede do Partido, sita na Rua de Camões, em Campelo - Baião, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações da Presidente da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Informações da Presidente da Comissão Política de Secção;
3. Análise da situação política nacional – eleições legislativas;
4. Análise da situação política concelhia;
5. Outros assuntos.

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do Partido Social Democrata de Cabeceiras de Basto, para reunir em plenário, a realizar no próximo **dia 28 de Dezembro de 2023 (quinta-feira), pelas 21H00**, na sede, sita na Rua das Pondres, em Refojos de Basto – Cabeceiras de Basto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise e votação do Orçamento e Plano de Actividades para 2024;
2. Outros assuntos relevantes.

COVILHÃ

Nos termos do Artº 54 dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã, para reunir no próximo **dia 28 de Dezembro de 2023 (quinta-feira), pelas 21H00**, no auditório do edifício da sede da União das Freguesias de Covilhã e Canoso, sito na Rua Conde da Ericeira nº 9 R/c, na freguesia de Covilhã, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Porto de Mós, para reunir no próximo **dia 15 de Janeiro de 2024 (segunda-feira), pelas 21H00**, na sua sede, sita no Largo do Rossio nº 35, em Porto de Mós, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações da Comissão Política;
2. Análise da situação política nacional e concelhia;
3. Dar parecer sobre as candidaturas à Assembleia, nos termos Artº 39, nº 2, alínea f) dos Estatutos, sob proposta da Comissão Política.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Lisboa para reunir, no próximo **dia 03 de janeiro 2024, com início pelas 20h30**, na sede do PSD Distrital Lisboa, sita na Praça São João Bosco 3B, 1350-295 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política - Legislativas 2024;
- 3 – Outros assuntos.

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Oliveira do Hospital, para reunir no próximo **dia 20 de janeiro de 2024, pelas 16 horas**, na sede do PSD de Oliveira do Hospital, sita na Rua António Canastrinha, nº 1, Oliveira do Hospital, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Oliveira do Hospital:

Nota:

As urnas estarão abertas das 16h00m às 19 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá na sede do PSD de Coimbra, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo 16, 3000-250 Coimbra.

ERRATA CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD Cinfães, para reunirem no **dia 23 de dezembro (sábado) de 2023, pelas 10h**, na Junta de Freguesia de Nespereira, Rua Comendador Ramiro Moreira Nunes, nº104, 4690-363 Nespereira-Cinfães, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados concelhios ao VI Congresso da JSD Distrital de Viseu.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 10h e as 12h. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. Caso não exista Mesa do Plenário Concelhio, o processo será gerido pela Mesa do Congresso Distrital de Viseu pelo que as listas deverão ser entregues através do seguinte email: viseujdsdmesadistrital@gmail.com

ERRATA TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD Tondela, para reunirem no **dia 23 de dezembro (sábado) de 2023, pelas 18h**, na Rua Pedro de Figueiredo, 102, 3460-608 Tondela, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados concelhios ao VI Congresso da JSD Distrital de Viseu.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 18h e as 20h. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. Caso não exista Mesa do Plenário Concelhio, o processo será gerido pela Mesa do Congresso Distrital de Viseu pelo que as listas deverão ser entregues através do seguinte email: viseujdsdmesadistrital@gmail.com

O POVO LIVRE DESEJA A TODOS OS MILITANTES UM FELIZ NATAL
E UM PRÓSPERO ANO NOVO.

ESTAREMOS DE VOLTA NO PRÓXIMO DIA 10 DE JANEIRO DE 2024.

BOAS FESTAS